

cultural



Este caderno é parte integrante da Revista da APM – Coordenação: Guido Arturo Palomba – Setembro 2011 – Nº 228

APM o emblema e a logomarca

Guido Arturo Palomba



EMBLEMA = brasão, escudo d'armas, símbolo de nobreza que representa o âmago de uma entidade ou de uma família.

Criado na década de 1940, o emblema da APM compõe-se da coroa de louro, do bastão de Esculápio, da serpente e de cinco estrelas, cujo conjunto está dentro de um círculo, rodeado pela inscrição “Associação Paulista de Medicina” e o ano de sua criação, 1930. No emblema original, em vez do ano mencionado, havia a inscrição “São Paulo”, cuja modificação ocorreu somente em maio de 1977.

As *coroas de louro*, originadas na Grécia Antiga, simbolizam glória e são usadas para indicar grandeza intelectual, vitória em competições e em batalhas. Roma herdou a tradição que se estende até os dias atuais. Assim, laureada é a APM.

O *bastão de Esculápio* está em forma de espada no brasão da APM, lembrando que todos os símbolos podem sofrer modificações, de acordo com o que desejam representar. A espada, simbolicamente, transmuta-se e vai além da arma branca usada para defesa e ataque; representa o poder, tal como o cetro dos reis, o báculo dos bispos, o cajado dos pastores e, porque não, a própria inteligência, que é o *bacillum* — o bastão que apoia o homem em todas as suas atitudes.

A *serpente*, réptil de mil e um simbolismos, no bastão de Esculápio, representa o rejuvenescimento, pela troca periódica da pele, e também o ser ctônico — elo entre o mundo visível e o invisível —, a lembrança permanente de que existe a *res corporea* e a *res cogitans*, soma e psique a um só tempo.

As *cinco estrelas* formam o Cruzeiro do Sul, a mais representativa constelação brasileira. A disposição no emblema da APM provavelmente seria a sua posição no firmamento, em 29 de novembro de 1930 — data inaugural da APM —, como talvez ocorra com a disposição das estrelas na bandeira do Brasil, que representariam o céu de 15 de novembro de 1889.

LOGOMARCA = trata-se da marca que reúne, graficamente, letras do nome de uma instituição com elementos formais puros e abstratos. É, por definição, qualquer representação gráfica padronizada que abalize os propósitos da marca. É, portanto, mutante — depende do tempo, da finalidade e das circunstâncias.

Criada em 2011, a logomarca da APM tem por objetivo representá-la no contexto médico, social e político. É uma imposição do século XXI, na era digital, no qual perde espaço quem não está totalmente inserido. E a APM agora

está com a sua logomarca simples e direta. A folha de louro estilizada contendo o bastão de Esculápio, a serpente (cujos significados são os mesmos do emblema) e a inscrição “Associação Paulista de Medicina” completam o conjunto harmonioso e comunicativo.

A APM chega aos seus 80 anos com uma logomarca moderna e o seu emblema eterno. A primeira atende ao atual momento — ao *marketing* — é mutável e poderá sofrer alterações futuras, conforme as necessidades de comunicação da época. O emblema, por sua vez, é perene, sonho imorredouro de seus fundadores, brasão que contém a história desde o nascedouro até hoje e a conserva para as gerações que hão de vir.

Guido Arturo Palomba
Diretor Cultural Adjunto

Uma história médico-cirúrgica

Célio Debes

Entre 1864 e 1870, o Império do Brasil envolveu-se em duas guerras externas. Uma contra o Uruguai, de curta duração, e outra contra o Paraguai, que se prolongou por cerca de um quinquênio.

Sobre ambas as contendas — do ponto de vista militar e diplomático —, mormente quanto à última, há farta bibliografia.

No entanto, no que diz respeito ao desdobramento dos choques armados, com mortos e feridos e à higidez dos combatentes — salvo as referências incidentais naqueles escritos específicos —, raros são os estudos.

O dr. Carlos Frederico dos Santos Xavier Azevedo — cirurgião-mor da Armada —, isto é, o chefe do serviço médico da Marinha Imperial que atuou em ambos os conflitos, dedicou-lhe estudo particular e particularizado, se bem que restrito apenas à atuação da Força a que pertencia.

Denominou-o *História Médico-Cirúrgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Uruguay e Paraguay de 1864 a 1869*. O livro, publicado em 1870, tem 523 páginas, e é composto de três partes — campanha do Uruguai, campanha do Paraguai e guerra das Cordilheiras, acrescidas de um anexo — não está subdividido

em capítulos, traz em destaque, no entanto, seis tópicos nos quais desenvolve aspectos que reputava mais importantes.

A periodicidade constante do título não significa que ambos os conflitos tenham sido concomitantes. O do Uruguai, de curta duração, iniciou-se em fins de 1864, cessando em princípios do ano seguinte, enquanto o do Paraguai começou nos primeiros dias de 1865, prolongando-se por cerca de um quinquênio.

No costureiro prefácio, vem o esclarecimento do autor de ser um de seus intentos, ao empreender a tarefa, “apresentar ao governo do nosso país um trabalho mais extenso e minucioso do que o exigido pelos regulamentos aos chefes de saúde das esquadras em operações de guerra”.

Empenhava-se, acrescenta, com o trabalho, para realizar uma “apreciação médica e cirúrgica dos fatos mais importantes da campanha, onde a corporação médica militar se distinguiu”. Mas, aditava que “não entraremos em considerações acerca de ferimentos por armas de fogo, da ação dos projéteis, [...] limitar-nos-emos aos fatos, às observações colhidas pelos operadores que estiveram nesse campo de estudos”. Tratou do assunto apoiado nos relatórios de seus

colegas, nem todos militares — havia facultativos civis incorporados às Forças em operação.

Como se vê, restrita a abrangência dos acontecimentos que geravam a intervenção do serviço de saúde ocorridos nos campos de batalha, o trabalho cuidava também dos efeitos das endemias e dos surtos de graves moléstias contagiosas.

Um dos aspectos preocupantes era o da higiene, especificamente nas embarcações de guerra; deficiência generalizada em todo o país. Adotando enunciado de médico naval francês, entendia o autor que a higiene devia iniciar-se nos estaleiros, quando da construção das embarcações, evitando compartimentos ou espaços nos navios de difícil acesso, que concentravam detritos — verdadeiros criadouros de ratos, com o conhecido efeito danoso de sua presença.

A propósito das embarcações, refere-se à observação curiosa da literatura médico-naval francesa, de que “as moléstias grassavam com maior desenvolvimento nos barcos a vapor, do que naqueles à vela”!

Ocorre que, na campanha do Uruguai, nossa esquadra contava com 14 navios, dos quais apenas um era à vela. Situação análoga verificava-se na do Paraguai. Contamos com “49 navios a vapor, sendo 16 encouraçados, e 5 à vela”.

Cuidando da matéria exposta sob a epígrafe *Acidentes gerais dos ferimentos*, o autor enumera o tétano, a erisipela, a gangrena e a absorção purulenta. No referente aos males a que estavam expostos os contingentes em combate no Paraguai, ele registra que “a varíola rompeu a marcha das moléstias em campanha, principalmente a desenvolver-se nos transportes de tropas, que chegavam à cidade de Buenos Aires”. E aponta o motivo “à falta de cuidados na vacinação, em cidades importantes, onde o governo mantém institutos vacínicos”...

Os variólicos ficavam expostos à intercorrência de “febres perniciosas e tifoides, cujas complicações desta enfermidade [a varíola] tornaram-se sempre fatais”...

A varíola, no entanto, não constituía a única moléstia a afligir. O sarampo, a febre palustre, o tifo, a difteria, a diarreia e a cólera — que incidia com grande intensidade — iam “fazendo 80 a 100 vítimas por dia”, somando-se às dificuldades na luta contra a morbidade.

O atendimento aos doentes e feridos requeria instalações adequadas. Essa tarefa viria constituir-se, por sua complexidade, em outra luta, a ser enfrentada com denodo e abnegação.

O primeiro desses estabelecimentos foi instalado em Buenos Aires, que seria, por assim dizer, o centro das atividades médico-cirúrgicas, dadas as condições de uma cidade com recursos, principalmente, infraestruturais. A dificuldade inicial foi encontrar edifício adequado fora do centro, mas não muito distante dele.

Uma entidade filantrópica, ligada à colônia italiana, cedeu, então, amplo imóvel, erguido cerca de uma légua da Capital.

Nele instalaram-se “13 enfermarias, botica com todos os medicamentos necessários ao curativos dos doentes, rica capela, casa mortuária, secretaria, casa de arrecadação, aposentos para os médicos e enfermeiros, ou empregados subalternos”. Distintas, havia duas enfermarias, uma médica e outra cirúrgica, com duas salas para oficiais, duas para os inferiores e nove para os soldados, todas equipadas para a acomodação dos pacientes.

Sem essa estrutura, seguiram-se as criações de outras enfermarias, a começar por Uruguiana, onde as vítimas da violenta luta pela reconquista da cidade avultavam em número. Para atendê-las, aos recursos do Exército somaram-se os do corpo de saúde da Armada. Seguiram-se o Hospital da Marinha, em Corrientes, o de Sangue da Marinha, no vapor *Onze de Junho*, as enfermarias do Cerrito e do Chaco, e, finalmente, o Hospital de Humaitá.

Esses são os “asilos hospitalares criados durante os quatro anos e quatro meses” nos quais Xavier Azevedo esteve à frente do corpo médico, na qualidade de cirurgião-mor da Armada Nacional e Imperial.

Como já esclarecido em passagem anterior, o livro não se divide em capítulos. Substituíram-nos seis destaques, intitulados: Hospitais de Sangue, Medicina e Cirurgia nos Hospitais de Buenos Aires, Acidentes Gerais dos Feridos, Hospitais e Cirurgia e Acidentes Consecutivos aos Ferimentos.

Referto de dados pormenorizados sobre as atividades de cada qual dos destaques, o livro reproduz quadros discriminatórios dos procedimentos cirúrgicos levados a efeito.

Impressionantes os dados contidos nesta informação do item *Cirurgia*.

Amputação da coxa	3
Amputação da perna	3
Amputação do braço	5
Amputação do antebraço.....	2
Amputação de artelhos	10
Desarticulações dos metatarsianos.....	3
Semicastração.....	1
Resecção do molar.....	1
Resecção do maxilar inferior.....	1
<hr/>	
	29

Extração de balas	23
Extração de corpos estranhos.....	8
Dilação de abscessos razoavelmente consideráveis....	4
<hr/>	

O autor, demonstrando familiaridade com a literatura militar internacional no campo da saúde, quando das operações bélicas, invoca as lições de autores europeus e norte-americanos. A todo o passo, ele confronta os episódios que vivia com os exemplos descritos nos trabalhos correlatos, trazidos à colação.

Omitindo, modestamente, o papel que desempenhou em ambas as refregas de que tomara parte, celebra, elogiosamente, o desempenho de seus colegas e subordinados. Assim, consigna outros de seus objetivos ao elaborar a memória.

“Dois fins tivemos em mira quando nos resolvemos a escrever a história desta guerra, e foram eles, narrar o que se fez, salvando homens, a quem a ciência e a indústria moderna procuravam destruir, e apresentar os importantes serviços do Corpo Médico da Armada que, em campanha, desprezava sofrimentos e privações, dando, durante e depois dos combates, provas dos mais acrisolado patriotismo e abnegação no exercício de seu sacerdócio”.

Essa é a faceta da guerra, sumamente valiosa, da atuação dos médicos da Marinha de Guerra durante o conflito armado.

Há, no entanto, outros relatos da atrocidade dos combates, atingindo os envolvidos diretamente nas refregas, padecendo os horrores das lesões, das mutilações e das implacáveis endemias.

Dionísio Cerqueira, em *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, aborda situações dolorosas ligadas às questões pertinentes aos integrantes do corpo de saúde. Ocorrências do dia a dia dos confrontos com o inimigo, que os relatórios e as observações clínicas e cirúrgicas nem sempre catalogavam.

Segundo os fatos registrados pelo memorialista, os serviços à saúde das Forças de terra nem sempre apresentaram os mesmos padrões de atendimento às vítimas das doenças e das lesões sofridas no curso das batalhas.

Dionísio Cerqueira, incorporado como cadete às tropas em operações no Paraguai, obteve suas primeiras promoções no curso da campanha. Ao redigir *Recordações*, já ostentava os bordados de General.

Seu primeiro relato sobre a situação da tropa, no tocante às condições de saúde, é significativo.

“Quando o mau tempo amainou, levantamos os arraiais e prosseguimos marcha, conduzindo muitos doentes. Eram numerosas baixas do exército aliado e variado o quadro nosológico. [...] Era triste a sorte do soldado naquela travessia, quando baixa doente ao hospital. [...] Mil vezes as violências dos dias de batalhas do que a agonia das enfermarias em marcha”.

Em outra passagem de suas lembranças, o autor dá destaque ao relatório do médico que acompanhava o conjunto em marcha.

“*Nesse zigue-zague de desculpas, morre o soldado brasileiro, vítima da incúria do médico e da relaxação do enfermeiro*”...

Escrevendo sobre o surto repentino da cólera mórbida irrompido no contingente, Dionísio lembra a violência da epidemia numa síntese estupefacente do movimento de coléricos nas instalações construídas para acolhê-los.

“Os galpões cobertos de palha [...] diariamente se enchiam e diariamente se esvaziavam nos cemitérios”!

Chocante pela crueza da cena, o atendimento precário dispensado a um ferido gravíssimo. Antes de discorrer a respeito, o autor ressalva a postura dos facultativos militares. “*A maior parte de nossos médicos eram hábeis e caridosos*”. Havia, todavia, os que tinham comportamento dissonante.

Cita caso tão incrível, quase inverossímil, envolvendo um desses médicos, que temia não ser levado a sério.

“Não pensem ser fantasia; não, não é, estava uma vez de dia, e foi chamado para socorrer um ferido recolhido ao hospital. Acercou-se do infeliz que tinha o ventre aberto e os intestinos de fora, palpitantes. Deixou o cigarro cheio de sarro, na barra ensanguentada e sem lavar as mãos, tentou debalde reduzir a hérnia rebelde e obstinada. Desanimado, abriu uma caixa de amputação, tirou uma faca fina, longa, meio enferrujada, agarrou com a mão esquerda o intestino mais saliente; com a faca ameaçadora na direita, olhou para o cabo enfermeiro, que fitava espantado aquela cena, e perguntou-lhe: ‘*Corto?*’ O cabo respondeu: ‘*Não, senhor doutor*’. “*Então arranja-te*’ disse o cirurgião e retirou-se. O enfermeiro, mais prático que ele, introduziu os intestinos e coseu o ventre do infeliz. Parece fábula — acrescenta — mas é verdade, em toda sua nudez!”

No intuito de não denegrir, sem, entretanto, deixar de mostrar a precariedade com que lutaram nossos soldados em terras guaranis, valemo-nos de elementos deixados por outros autorizados coevos.

O Visconde de Taunay, que participou e celebrou a *A Retirada da Laguna*, foi, igualmente, o redator de *Diário do Exército — De Campo Grande a Aquidaban*, na derradeira fase da guerra. No registro castrense do desenrolar dos acontecimentos, ele assinala as condições ambientais nas quais se encontravam as Forças em Jejuí-mi e Iguatemi.

“Essas localidades são todas perniciosas à saúde, senão normalmente, pelo menos acidentalmente, talvez em consequência do número extraordinário de cadáveres, que todos os passados são contestes em afirmar, pejarem os caminhos

desde o Panedero até Itanaran. Na verdade, apesar de elevadas e umbrosas, produziam elas febres de mau caráter nas praças e oficiais da coluna Fidelis, de modo que os hospitais estabelecidos em Curuguati estão atopeados de doentes”.

Mas o mais gritante do testemunho desse soldado e escritor de nomeada encontra-se em suas *Memórias*, sobre a improvisação que dominou a arregimentação das Forças Imperiais para o áspero e alongado empreendimento militar.

Deixemos para a posteridade as circunstâncias estupefatas com as quais foram providos os transportes, quer pessoal, quer da carga da bagagem da oficialidade.

“Tão impaciente fiquei com a estupidez do meu soldado [ordenança] a pôr virada a cangalha no pobre *burro de carga*,

comprado na véspera [...] e parti montado na excelente besta tordilho-queimada, que obtivera por duzentos e quarenta mil réis de um vendedor de animais!”.

Diante da realidade que caracterizou a Campanha do Paraguai, a *História Médico-Cirúrgica da Esquadra Brasileira nas Campanhas do Uruguay e Paraguay de 1864 a 1869* constitui contribuição valiosa para que, juntamente com os relatos dos que viveram de perto as privações e abalos da luta cruenta, se possa traçar um panorama real do que foi a guerra que assolou, por um lustro, a parte austral do continente sul-americano.

Célio Debes

Membro da Academia Paulista de História
e da Academia Paulista de Letras

Academia Brasileira de Letras

acadêmicos que renunciaram — seus motivos e justificativas

Gladstone F. Machado

Fundada no Rio de Janeiro, então capital da República, nos moldes da Academia Francesa, com 40 membros efetivos e perpétuos e 25 membros estrangeiros, a academia tem como finalidade precípua a cultura da língua e da literatura nacionais.

As vagas são preenchidas por eleição (escrutínio secreto e maioria absoluta), sendo o título de acadêmico irrenunciável. No início, o Estatuto da Academia estabelecia que somente os homens podiam se candidatar, excluindo literatos do sexo feminino, cláusula felizmente revogada a partir da década de 1970.

Após reuniões preparatórias, a primeira delas em 15 de dezembro de 1896, com a aprovação dos estatutos, houve a sessão solene e inaugural em 20 de junho de 1897, com posse da primeira diretoria eleita, assim constituída: presidente: Machado de Assis; secretário-geral: Joaquim Nabuco; primeiro e segundo secretários, respectivamente: Rodrigo Otavio; e Silva Ramos; e tesoureiro: Inglês de Souza.

Os membros fundadores escolheram os Patronos, igualmente em número de 40, homenageando antepassados, figuras expressivas e ilustres da literatura brasileira.

No início, as reuniões eram realizadas em vários locais, até que, em 1905, com a intervenção de Mario de Alencar, posteriormente Acadêmico, passou a alojar-se no chamado Silogeu, no centro do Rio, próximo ao Passeio Público. Em 1923, sob a presidência de Afrânio Peixoto, conseguiu ele do governo francês a doação do Petit Trianon, prédio construído para a Grande Exposição — no centenário da Independência, representando a França, e que, a partir de então, passou a ser sede definitiva da ABL. Nessa época, a Academia passou a adotar os símbolos de Instituição: a bandeira, o selo e a divisa — esta, constando de uma coroa de flores em campo branco, com a inscrição *Ad immortalitatem* (Grande Enciclopédia Delta Larousse, 1971, p. 46).

Sobre o fardão, a história é curiosa e no início, de 1897 a 1910, ele não era usado. Machado de Assis, seu primeiro presidente (de 1897 até sua morte, em 1908), homem avesso a etiquetas e cerimoniais faustosos, não manifestou maior interesse. Como já relatamos, nossa Academia fora criada nos moldes da Academia Francesa, sendo o fardão o único item não incorporado no período inicial. Mas, em 1910, Medeiros



O Petit Trianon, prédio doado pela França para sediar a ABL, empenho de seu presidente Afrânio Peixoto — Rio de Janeiro, 1923

e Albuquerque, secretário-geral, apresentou ao plenário o modelo de uniforme a ser exigido na solenidade de posse dos novos acadêmicos, que imitava o do corpo diplomático.

Como se houvesse divergências na aceitação do modelo apresentado, o Conde de Afonso Celso propôs uma simplificação no referido uniforme, tendo Coelho Neto mostrado vários figurinos, desenhados por Julião Machado, sendo escolhido um deles, oficializado em 1923, e que persiste na atualidade: fazenda verde-escura, bordados a ouro imitando louros, espada, bicórneo de veludo preto com plumas brancas (MONTELLO, 1980, p. 213).

Entre as muitas atribuições e atividades da ABL, citemos as reformas ortográficas, dicionários da língua portuguesa, avaliação e distribuição de prêmios literários a cada 2 anos, e um outro anual, e o Prêmio Machado de Assis ao escritor brasileiro pelo conjunto de sua obra. Devemos referir ainda o gerenciamento da biblioteca, do arquivo, e da revista.

Apesar de o estatuto dispor o Acadêmico como irrenunciável, no decorrer de 1 século e 12 anos, desde a sua fundação,

em 1897, cinco membros efetivos renunciaram. Interessante lembrar que a Academia não reconhece oficialmente essa atitude, só considerando a cadeira vaga após a morte do renunciante. Foram os seguintes Acadêmicos que renunciaram:

1 — José Veríssimo (1857-1916)

Paraense, notabilizou-se como crítico literário e jornalista. Participou, tendo apresentado trabalhos, do Congresso de Antropologia e Arqueologia em Paris (1889). Já radicado no Rio, foi professor do Colégio Pedro II e da Escola Normal, e membro fundador da ABL e do IBGE. Era homem polêmico, de temperamento arrebatado e de difícil trato.

O motivo de sua renúncia foi a inconformidade com a eleição da Academia em que Lauro Muller derrotou Ramiz Galvão.

A atitude de José Veríssimo provavelmente se deveu ao fato de o vencedor do pleito ter se distinguido mais como político e militar. (Lauro Muller foi duas vezes governador de Santa Catarina, senador, tendo ocupado a Pasta da Viação

no governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), quando, ao lado do prefeito Pereira Passos, Osvaldo Cruz e Paulo de Frontin fizeram o saneamento do Rio de Janeiro, iniciando sua urbanização.

O candidato derrotado, Ramiz Galvão (1846-1938), baiano, historiador, educador e médico, era mais reconhecido como literato, tendo entrado para a Academia logo depois, em 1928.

2 — Rui Barbosa (1849-1923)

Baiano. Expoente da intelectualidade brasileira, foi ele escritor, orador, jurisconsulto, jornalista e político, tendo se realçado em todas as suas atividades. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo.

Seu motivo para renunciar à Academia, da qual era membro fundador e ex-presidente, foi devido a não aceitarem seu voto por telegrama, em favor de Pinto da Rocha, candidato à sucessão de Arthur Orlando.

Um motivo que, na realidade, não justificava sua atitude, mas os acadêmicos de então, obviamente, se basearam no Estatuto, não estando eles inclinados a discutir jurisprudência com o mestre.

3 — Oliveira Viana (1865-1928)

Pernambucano. Historiador e diplomata de carreira. Renunciou por discordar da chamada cédula de presença (jé-ton), oficializada para as sessões ordinárias e instituída após a Academia receber a herança do livreiro Francisco Alves.

Lembremos de passagem que Francisco Alves, nascido em Portugal (1848), criou-se no Brasil, falecendo em 1917. Livreiro de extraordinário e reconhecido sucesso editorial, com sua casa matriz no Rio de Janeiro e filiais em São Paulo e Belo Horizonte, publicava livros didáticos, escolares e literários dos principais escritores brasileiros, muitos deles seus amigos.

Por disposição testamentária, legou toda sua fortuna para a Academia Brasileira de Letras, avaliada na época em 5 mil contos de reis.

4 — Clóvis Bevilacqua (1859-1944)

Cearense. Jurista consagrado, formado pela Faculdade de Direito do Recife e, posteriormente, professor, notabilizou-se pelo seu extraordinário e enciclopédico saber, tendo publicado vários livros, inclusive o Código Civil Brasileiro, em 1916. Radicado no Rio, foi ele consultor do Ministério da Justiça.

Membro fundador da ABL, renunciou devido a Academia ter recusado a inscrição de sua esposa Amélia Bevilacqua, escritora, como candidata à eleição. A justificativa para tal atitude baseava-se nos Estatutos que prescreviam a aceitação somente de candidatos do sexo masculino. Interessante e oportuno lembrar que a Academia, na década de 1970, revogou essa cláusula, recebendo, a partir de então, as seguintes escritoras:

— Rachel de Queiroz (1910-2002)

Cearense. Escritora e jornalista, foi uma das pioneiras da literatura regionalista do nordeste. Primeira mulher a entrar na lista dos imortais (1997).

E a seguir vieram:

— Dinah Silveira de Queiroz (1980), Nélida Piñon (1989), Lígia Fagundes Telles (1985), Zélia Gattai (2001) e Ana Maria Machado (2003).

5 — Graça Aranha (1968-1931)

Maranhense. Escritor e diplomata de carreira. Graduiu-se pela Faculdade de Direito de Recife. Era considerado um intelectual refinado e culto, tendo exercido suas atividades como diplomata notadamente na Europa e, seu livro de estreia, *Canaã*, teve ampla divulgação por suas tendências avançadas.

Como escritor veterano, participou da semana de Arte Moderna em São Paulo, 1922, exercendo reconhecida influência nos jovens.

Em suas famosas conferências de 1922 e 1924, foi taxativo ao sugerir para seus colegas da ABL que aderissem às influências literárias modernas, abandonando as ideias conservadoras e ultrapassadas. Rompeu com a Academia, renunciando-a. Foi ele muito combatido, principalmente por seu conterrâneo Coelho Neto.

Na ânsia de renovação, o grande escritor maranhense passou a alterar seu próprio estilo, à maneira futurista. Carlos de Laert, polêmico e sarcástico, poucos dias depois de sua conferência, em 1924, publicou três sonetos “modernos”, expondo ao ridículo seu novo estilo. Pinçamos uma das quadras para exemplo:

Noite. Calor. Concerto nos telhados
Cubos esferoidais. Gatas e Gatos
Vênus. **Graças. Aranhas**, carrapatos
Melindrosas. Poetas assanhados.

A Academia Brasileira de Letras é também conhecida como a Casa de Machado de Assis, por seu trabalho e dedicação extremada. Foi seu primeiro presidente, permanecendo 11 anos no cargo, pois o Estatuto permite reeleições seguidas.

Doente, em seus dias finais, o grande escritor, o maior e mais conceituado de nossa literatura, já viúvo — pois sua amada Carolina morrera há 4 anos —, recebia o carinho e o afeto dos amigos, notadamente de seus pares da Academia. Ao se aproximar o fim, um dos presentes perguntou a ele: “Posso mandar chamar um sacerdote?”. Machado moveu a cabeça numa negativa e com a voz quase extinta, marcando sua coerência, respondeu: “Não quero... não creio... seria uma hipocrisia.” (Josué Montello, obra citada, p. 206.)

O desenlace se deu na madrugada de 29 de setembro de 1908, constando como causa da morte uma lesão neoplásica na língua. A seguir foi embalsamado pelo professor de Medicina Legal Afrânio Peixoto, seu confrade da Academia.

Por iniciativa do barão do Rio Branco, o governo da república decidiu conferir ao mestre de *Dom Casmurro* as honras de um enterro oficial.

Após a saudação de despedida feita por Rui Barbosa, no Silogeu, antiga sede da ABL, seguiu o féretro para o cemitério São João Baptista.

“Carro imponente, com anjos dourados e sanefas ricas, puxado por majestosos cavalos pretos. Os boleiros, trajando calções curtos, casacões agaloados e chapéus de três bicos, realçavam o aparato da cerimônia. Com o povo aglomerado nas calçadas e janelas, muita gente queria saber de quem era enterro tão solene e tão majestoso.”

‘É de Machado de Assis’, respondiam. Mas essa resposta não dizia muita coisa, já que a maioria não conseguia identificar o morto ilustre.

Assis... Assis... puxavam pela memória, até que um popular, na multidão curiosa, lembrou-se repentinamente e logo passou adiante: “Esse Assis é o sr. major Assis, fiscal das Loterias!” (Josué Montello, *ibidem*, p. 206 e 208).

Referências Bibliográficas:

Grande Enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro: Delta, 1980.

MARQUES FILHO, J. *Chamado de bruxo do Cosme Velho, Machado de Assis é analisado por José Marques Filho*. Ed. 43, p. 24, 2008.

MONTELLO, J. *Anedotário geral da Academia Brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1980.

Gladstone F. Machado

*Especialista em cirurgia torácica pela SBCT e
Membro Emérito do Colégio Brasileiro de Cirurgiões*

DEPARTAMENTO CULTURAL

Diretor: Ivan de Melo Araújo – **Diretor Adjunto:** Guido Arturo Palomba

Conselho Cultural: Duílio Crispim Farina (*in memoriam*), Luiz Celso Mattosinho França, Affonso Renato Meira, José Roberto de Souza Baratella, Rui Telles Pereira, Arary da Cruz Tiriba, Rubens Sergio Góes e Luiz Fernando Pinheiro Franco

Cinemateca: Wimer Botura Júnior – **Pinacoteca:** Guido Arturo Palomba

Museu de História da Medicina: Jorge Michalany

O Suplemento Cultural somente publica matérias assinadas, as quais não são de responsabilidade da Associação Paulista de Medicina.